

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.596.044,42	11.482.701,40	12.103.555,58	12.962.950,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	197.754,72	231.974,63	304.513,56	321.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	194.482,44	221.892,37	257.150,92	300.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M				
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S	194.482,44	221.892,37	257.150,92	300.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	326.959,74	723.147,50	1.032.312,50	1.569.950,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	326.059,74	720.627,50	1.029.384,87	1.567.350,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	136.176,22	197.213,68	246.588,14	167.250,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	189.883,52	523.413,82	782.796,73	1.400.100,00
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	900,00	2.520,00	2.927,63	2.600,00
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	58.882,49	44.638,60	49.988,05	43.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.739.534,33	10.216.937,71	10.425.413,37	10.700.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	78.430,70	44.110,59	34.177,18	29.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	78.430,70	44.110,59	34.177,18	29.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	0,00	0,00	0,00	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	992.500,00	343.887,00	934.229,70	47.050,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	0,00	277.887,00	82.469,00	0,00
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	992.500,00	66.000,00	842.175,00	16.000,00
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	9.585,70	31.050,00
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	327.307,49	373.786,43	433.181,72	493.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.857.231,42	-1.834.398,03	-1.885.242,27	-1.955.000,00
	TOTAL DA RECEITA	10.058.620,49	10.365.976,80	11.585.724,73	11.548.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.044.832,78	7.574.470,68	8.537.149,22	9.912.000,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.144.815,96	3.564.095,15	4.124.173,67	4.472.000,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	3.006.536,59	3.393.619,15	3.859.394,38	4.140.000,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	138.279,37	170.476,00	264.779,29	332.000,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.900.016,82	4.010.375,53	4.412.975,55	5.440.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.898.042,02	3.992.914,53	4.394.220,38	5.415.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	1.974,80	17.461,00	18.755,17	25.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.480.856,40	1.060.369,28	2.091.602,26	1.045.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.480.856,40	1.060.369,28	2.091.602,26	1.045.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.480.856,40	1.060.369,28	2.091.602,26	1.045.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	0,00			
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00		0,00	
4.5.90.99.00.00.00	Outras inversões Financeiras	0,00		0,00	
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00		0,00	
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				-1.245.100,00
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				1.836.100,00
	TOTAL DA DESPESA	8.525.689,18	8.634.839,96	10.628.751,48	11.548.000,00
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2013	2014	2015	2016
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	10.160.000,00	9.840.000,00	11.050.000,00	11.440.000,00
	Rendimento de Aplicações Financeiras	1.054.030,00	571.733,00	733.250,00	809.450,00
	Receita de Operações de Crédito				
	Receita de Alienação de Bens				
	Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos				
	Despesa Fixada (cfe lei de orçamento)	10.160.000,00	9.840.000,00	11.050.000,00	11.440.000,00
	Juros e Encargos da Dívida				
	Amortização da Dívida				
	Concessão de Empréstimos				

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017
 TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada				-	-	-
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	3.032.437,25	2.329.750,00	1.200.000,00	2.187.395,75	1.905.715,25	1.764.370,33
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	-	-	-
(6) Resultado Nominal		-	-			

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
2.2 Encargos	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : CORONEL PILAR/RS

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2017

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 2013	ARRECADADA 2014	ARRECADADA 2015	REESTIMADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018	PROJETADO 2019
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.596.044,42	11.482.701,40	12.103.555,58	12.962.950,00	13.520.281,05	14.119.367,52	14.819.352,18
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	197.754,72	231.974,63	304.513,56	321.000,00	383.347,70	461.887,53	537.579,24
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	194.482,44	221.892,37	257.150,92	300.000,00	315.690,00	330.653,71	345.797,65
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	-	-	-	-	-	-	-
1.2.0.0.00.00.00.00	Receita de Contribuições - R P P S	194.482,44	221.892,37	257.150,92	300.000,00	315.690,00	330.653,71	345.797,65
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	326.959,74	723.147,50	1.032.312,50	1.569.950,00	1.652.089,30	1.730.458,61	1.809.784,78
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	326.059,74	720.627,50	1.029.384,87	1.567.350,00	1.649.322,41	1.727.500,29	1.806.619,80
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	136.176,22	197.213,68	246.588,14	167.250,00	175.997,18	184.339,44	192.782,19
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	189.883,52	523.413,82	782.796,73	1.400.100,00	1.473.325,23	1.543.160,85	1.613.837,61
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	900,00	2.520,00	2.927,63	2.600,00	2.766,90	2.958,33	3.164,98
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	58.882,49	44.638,60	49.988,05	43.000,00	45.760,21	48.926,17	52.343,83
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.739.534,33	10.216.937,71	10.425.413,37	10.700.000,00	11.092.532,29	11.514.444,77	12.038.545,03
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	78.430,70	44.110,59	34.177,18	29.000,00	30.861,54	32.996,72	35.301,66
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	78.430,70	44.110,59	34.177,18	29.000,00	30.861,54	32.996,72	35.301,66
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	992.500,00	343.887,00	934.229,70	47.050,00	50.070,19	53.534,34	57.273,89
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	-	-	-	-	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	-	277.887,00	82.469,00	-	-	-	-
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	992.500,00	66.000,00	842.175,00	16.000,00	17.027,06	18.205,09	19.476,78
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	9.585,70	31.050,00	33.043,13	35.329,25	37.797,12
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	327.307,49	373.786,43	433.181,72	493.000,00	518.783,90	543.374,26	568.260,80
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.857.231,42)	(1.834.398,03)	(1.885.242,27)	(1.955.000,00)	(2.080.493,39)	(2.224.434,23)	(2.379.818,53)
		-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL DA RECEITA	10.058.620,49	10.365.976,80	11.585.724,73	11.548.000,00	12.008.641,75	12.491.841,88	13.065.068,34

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADA	REALIZADA	REALIZADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.044.832,78	7.574.470,68	8.537.149,22	9.912.000,00	10.996.579,80	12.311.729,03	13.902.495,17
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.144.815,96	3.564.095,15	4.124.173,67	4.472.000,00	4.913.112,42	5.329.223,51	5.744.180,04
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	3.006.536,59	3.393.619,15	3.859.394,38	4.140.000,00	4.548.364,36	4.933.583,49	5.317.733,76
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	138.279,37	170.476,00	264.779,29	332.000,00	364.748,06	395.640,03	426.446,28
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.900.016,82	4.010.375,53	4.412.975,55	5.440.000,00	6.083.467,38	6.982.505,51	8.158.315,13
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.898.042,02	3.992.914,53	4.394.220,38	5.415.000,00	6.055.510,27	6.950.416,79	8.120.822,87
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	1.974,80	17.461,00	18.755,17	25.000,00	27.957,11	32.088,72	37.492,26
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.480.856,40	1.060.369,28	2.091.602,26	1.045.000,00	1.099.653,50	1.151.777,08	1.204.528,47
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.480.856,40	1.060.369,28	2.091.602,26	1.045.000,00	1.099.653,50	1.151.777,08	1.204.528,47
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.480.856,40	1.060.369,28	2.091.602,26	1.045.000,00	1.099.653,50	1.151.777,08	1.204.528,47
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	(1.245.100,00)	(2.002.685,51)	(2.961.124,29)	(4.105.912,81)
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	1.836.100,00	1.915.093,96	1.989.460,06	2.063.957,52
	TOTAL DA DESPESA	8.525.689,18	8.634.839,96	10.628.751,48	11.548.000,00	12.008.641,75	12.491.841,88	13.065.068,34

Município de : **CORONEL PILAR/RS**
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2014	2015	2016	2017	2018	2019
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	6,40%	10,67%	7,20%	5,23%	4,74%	4,58%
VARIAÇÃO DO PIB	0,10%	-3,80%	-3,24%	1,13%	2,08%	2,30%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	6,93%	5,04%	1,23%	4,40%	3,56%	3,07%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-3,67%	3,17%	19,31%	6,27%	9,58%	11,72%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	10,80%	24,40%	1,45%	12,22%	12,69%	8,79%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	-1,60%	-4,83%	-1,33%	-2,58%	-2,91%	-2,27%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-34,89%	90,38%	-54,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	11,70%	14,25%	14,12%	11,81%	10,54%	10,08%
PIB / RS (em R\$ milhões)	360.496	392.248	380.449	450.965	493.197	537.405

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir :

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC. .TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Recietas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Invetimentos	X				X	
Invetimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	12.008.642	11.411.804	0,003%	12.491.842	11.333.769	0,003%	13.065.068	11.334.723	0,002%
Receitas Primárias (I)	10.359.319	9.844.454	0,002%	10.764.342	9.766.419	0,002%	11.258.449	9.767.373	0,002%
Despesa Total	12.008.642	11.411.804	0,003%	12.491.842	11.333.769	0,003%	13.065.068	11.334.723	0,002%
Despesas Primárias (II)	12.008.642	11.411.804	0,003%	12.491.842	11.333.769	0,003%	13.065.068	11.334.723	0,002%
Resultado Primário (I - II)	(1.649.322)	(1.567.350)	0,000%	(1.727.500)	(1.567.350)	0,000%	(1.806.620)	(1.567.350)	0,000%
Resultado Nominal	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2013, 2014 e 2015) e os valores reestimados para o exercício atual (2016), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,13%, 2,08% e 2,30% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,23%, 4,74% e 4,58%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 05/08/2016.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2017. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2017, 2018 e 2019, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 11,81%, 10,54% e 10,08%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 05/08/2016.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2016, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2017, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 12.008.642,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.649.322,00), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Alienações de Bens (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 10.359.319,00.
- 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 12.008.642,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 0,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 0,00, tem-se que as despesas primárias para 2017 foram previstas em R\$ 12.008.642,00.
- 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2017 que foi inicialmente prevista em R\$ (1.649.322,00) a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 02**.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	2.307.799	2.193.100	0,001%	2.417.189	2.193.100	0,000%	2.527.896	2.193.100	0,000%
Receitas Primárias RPPS (I)	834.474	793.000	0,000%	874.028	793.000	0,000%	914.058	793.000	0,000%
Despesa Total RPPS	2.307.799	2.193.100	0,001%	2.417.189	2.193.100	0,000%	2.527.896	2.193.100	0,000%
Despesas Primárias RPPS (II)	2.307.799	2.193.100	0,001%	2.417.189	2.193.100	0,000%	2.527.896	2.193.100	0,000%
Resultado Primário RPPS (I – II)	(1.473.325)	(1.400.100)	0,000%	(1.543.161)	(1.400.100)	0,000%	(1.613.838)	(1.400.100)	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total	9.700.843	9.218.704	0,002%	10.074.653	9.140.669	0,002%	10.537.172	9.141.623	0,002%
Receitas Primárias (I)	9.524.845	9.051.454	0,002%	9.890.314	8.973.419	0,002%	10.344.390	8.974.373	0,002%
Despesa Total	9.700.843	9.218.704	0,002%	10.074.653	9.140.669	0,002%	10.537.172	9.141.623	0,002%
Despesas Primárias (II)	9.700.843	9.218.704	0,002%	10.074.653	9.140.669	0,002%	10.537.172	9.141.623	0,002%
Resultado Primário (I – II)	(175.997)	(167.250)	0,000%	(184.339)	(167.250)	0,000%	(192.782)	(167.250)	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	11.050.000	0,003%	11.585.725	0,003%	535.725	4,85%
Receita Primárias (I)	10.316.750	0,003%	10.473.871	0,003%	157.121	1,52%
Despesa Total	11.050.000	0,003%	10.628.751	0,003%	(421.249)	-3,81%
Despesa Primárias (II)	11.050.000	0,003%	10.628.751	0,003%	(421.249)	-3,81%
Resultado Primário (I-II)	(733.250)	0,000%	(154.881)	0,000%	578.369	-78,88%
Resultado Nominal		0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Pública Consolidada		0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Consolidada Líquida		0,000%	-	0,000%	-	-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2015), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2015 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ (154.881), valor 21% << superior >> à meta estabelecida, que era de R\$ 733.250. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) << não foi >> capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 10.473.871, << superando 1,52% a projeção para o período de R\$ 10.316.750. As despesas não financeiras atingiram R\$ 10.628.751, estabelecendo-se 3,96% << abaixo >> da previsão orçamentária. Não obstante a sua << retração >>, corresponderam a 101,48% do total das receitas primárias << comprometendo >>, dessa forma, parte do rendimento financeiro, porém não afetando as metas estabelecidas, pois como não temos dívida não temos necessidades de gerar resultado primário para sua cobertura.

Por esse motivo também, não temos necessidade de avaliar o Resultado nominal.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação%	2019	Variação %
Receita Total	9.840.000	11.050.000	12,30%	11.440.000	3,53%	12.008.642	4,97%	12.491.842	4,02%	13.065.068	4,59%
Receitas Primárias (I)	9.268.267	10.316.750	11,31%	10.630.550	3,04%	10.359.319	-2,55%	10.764.342	3,91%	11.258.449	4,59%
Despesa Total	9.840.000	11.050.000	12,30%	11.440.000	3,53%	12.008.642	4,97%	12.491.842	4,02%	13.065.068	4,59%
Despesas Primárias (II)	9.840.000	11.050.000	12,30%	11.440.000	3,53%	12.008.642	4,97%	12.491.842	4,02%	13.065.068	4,59%
Resultado Primário (I – II)	(571.733)	(733.250)	28,25%	(809.450)	10,39%	(1.649.322)	103,76%	(1.727.500)	4,74%	(1.806.620)	4,58%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	0	0	0	0	0	0
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	0	0	0	0	0	0
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	0	0	0	0	0	0

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	11.674.003	11.845.600	1,47%	11.440.000	-3,42%	11.411.804	-0,25%	11.333.769	-0,68%	11.334.723	0,01%
Receitas Primárias (I)	10.995.709	11.059.556	0,58%	10.630.550	-3,88%	9.844.454	-7,39%	9.766.419	-0,79%	9.767.373	0,01%
Despesa Total	11.674.003	11.845.600	1,47%	11.440.000	-3,42%	11.411.804	-0,25%	11.333.769	-0,68%	11.334.723	0,01%
Despesas Primárias (II)	11.674.003	11.845.600	1,47%	11.440.000	-3,42%	11.411.804	-0,25%	11.333.769	-0,68%	11.334.723	0,01%
Resultado Primário (I – II)	(678.294)	(786.044)	15,89%	(809.450)	2,98%	(1.567.350)	93,63%	(1.567.350)	0,00%	(1.567.350)	0,00%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2017), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2014, 2015 e 2016), bem como para os três seguintes (2017, 2018 e 2019), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2014, 2015 e 2016 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	13.771.667,45	90,32%	13.266.012,15	96,33%	13.266.012,15	100,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	1.475.930,14	9,68%	505.655,30	3,67%	-	0,00%
TOTAL	15.247.597,59	100,00%	13.771.667,45	100,00%	13.266.012,15	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	1.018.752,82	45,23%	133.636,89	13,12%		0,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	1.233.776,59	54,77%	885.115,93	86,88%	133.636,89	100,00%
TOTAL	2.252.529,41	100,00%	1.018.752,82	100,00%	133.636,89	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	14.790.420,27	84,52%	13.399.649,04	90,60%	13.266.012,15	99,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	2.709.706,73	15,48%	1.390.771,23	9,40%	133.636,89	1,00%
TOTAL	17.500.127,00	100,00%	14.790.420,27	100,00%	13.399.649,04	100,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 091/2002, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2013 a 2015, aponta que o saldo patrimonial << aumentou >> de R\$ 13.399.649,04 em 31.12.2013 para R\$ 17.500.127,00 em 31.12.2015.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2017**

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2013	250.764,24		
RECEITAS DE CAPITAL	85.049,00	277.887,00	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	85.049,00	277.887,00	-
Alienação de Bens Móveis	85.049,00	277.887,00	
Alienação de Bens Imóveis			
<u>Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens</u>	<u>6.330,24</u>		
TOTAL	91.379,24	277.887,00	-

DESPESAS EXECUTADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	215.505,24	27.122,76	-
Investimentos	215.505,24	27.122,76	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	215.505,24	27.122,76	-
SALDO FINANCEIRO			
	126.638,24	250.764,24	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2043 e 2015).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	281.549,90	743.656,00	1.036.562,73
RECEITAS CORRENTES	384.365,96	745.306,19	1.039.947,65
Receita de Contribuições dos Segurados	194.482,44	221.892,37	257.150,92
Pessoal Civil	194.482,44	221.892,37	257.150,92
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	189.883,52	523.413,82	782.796,73
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(102.816,06)	(1.650,19)	(3.384,92)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	327.307,49	373.786,43	433.181,72
RECEITAS CORRENTES	327.307,49	373.786,43	433.181,72
Receita de Contribuições	327.307,49	373.786,43	433.181,72
Patronal	203.838,75	232.784,65	269.774,43
Pessoal Civil	203.838,75	232.784,65	269.774,43
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial	123.468,74	141.001,78	163.407,29
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	608.857,39	1.117.442,43	1.469.744,45

DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	140.254,17	187.937,00	286.827,69
ADMINISTRAÇÃO	1.974,80	17.461,00	18.755,17
Despesas Correntes	1.974,80	17.461,00	18.755,17
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	138.279,37	170.476,00	268.072,52
Pessoal Civil	138.279,37	170.476,00	268.072,52
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	140.254,17	187.937,00	286.827,69
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	468.603,22	929.505,43	1.182.916,76
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	123.468,74	141.001,78	163.407,29
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	123.468,74	141.001,78	163.407,29
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	123.468,74	141.001,78	163.407,29
Outros Aportes para o RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			7.711.167,88

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2015.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
 Exercício de 2017

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2016	1.175.714,04	303.787,76	871.926,28	8.583.094,17
2017	1.238.012,24	308.040,79	929.971,45	9.513.065,62
2018	1.303.932,90	312.353,36	991.579,54	10.504.645,16
2019	1.373.691,75	316.726,30	1.056.965,45	11.561.610,61
2020	1.455.267,59	356.388,32	1.098.879,27	12.660.489,88
2021	1.531.862,34	361.377,76	1.170.484,58	13.830.974,46
2022	1.636.808,62	475.100,45	1.161.708,17	14.992.682,63
2023	1.717.808,42	481.751,86	1.236.056,56	16.228.739,19
2024	1.819.813,94	562.981,24	1.256.832,70	17.485.571,89
2025	1.907.069,16	570.862,98	1.336.206,18	18.821.778,07
2026	2.007.676,97	617.147,57	1.390.529,40	20.212.307,47
2027	2.137.575,09	781.102,07	1.356.473,02	21.568.780,49
2028	2.257.201,27	831.409,71	1.425.791,56	22.994.572,05
2029	2.365.813,42	882.972,87	1.482.840,55	24.477.412,60
2030	2.468.589,81	895.334,49	1.573.255,32	26.050.667,92
2031	2.627.392,62	1.117.903,62	1.509.489,00	27.560.156,92
2032	2.772.821,74	1.300.049,43	1.472.772,31	29.032.929,23
2033	2.876.857,05	1.318.250,12	1.558.606,93	30.591.536,16
2034	3.037.618,70	1.550.692,68	1.486.926,02	32.078.462,18
2035	3.174.909,56	1.702.592,11	1.472.317,45	33.550.779,63
2036	3.312.434,41	1.858.440,79	1.453.993,62	35.004.773,25
2037	3.439.283,14	1.973.699,33	1.465.583,81	36.470.357,06
2038	3.578.540,43	2.137.065,73	1.441.474,70	37.911.831,76
2039	3.484.868,36	2.212.862,95	1.272.005,41	39.183.837,17
2040	3.633.955,61	2.476.445,99	1.157.509,62	40.341.346,79
2041	3.732.688,39	2.558.288,12	1.174.400,27	41.515.747,06
2042	3.867.442,31	2.785.433,30	1.082.009,01	42.597.756,07
2043	3.963.274,28	2.872.931,31	1.090.342,97	43.688.099,04
2044	4.036.595,16	2.863.971,38	1.172.623,78	44.860.722,82
2045	4.138.735,59	2.953.936,48	1.184.799,11	46.045.521,93
2046	4.230.082,83	2.995.291,59	1.234.791,24	47.280.313,17
2047	4.350.761,21	3.145.758,93	1.205.002,28	48.485.315,45
2048	4.444.256,54	3.189.799,56	1.254.456,98	49.739.772,43
2049	4.553.669,01	3.287.178,14	1.266.490,87	51.006.263,30
2050	4.651.628,42	3.333.198,63	1.318.429,79	52.324.693,09
2051	4.766.021,65	3.434.071,33	1.331.950,32	53.656.643,41
2052	4.868.710,23	3.482.148,33	1.386.561,90	55.043.205,31
2053	4.988.371,03	3.586.634,78	1.401.736,25	56.444.941,56
2054	5.109.640,11	3.693.364,34	1.416.275,77	57.861.217,33
2055	5.232.491,77	3.802.379,35	1.430.112,42	59.291.329,75
2056	5.342.949,98	3.855.612,66	1.487.337,32	60.778.667,07
2057	5.471.328,50	3.968.515,00	1.502.813,50	62.281.480,57
2058	5.506.560,35	4.024.074,21	1.482.486,14	63.763.966,71
2059	5.620.284,92	4.080.411,25	1.539.873,67	65.303.840,38
2060	5.751.314,93	4.198.970,38	1.552.344,55	66.856.184,93
2061	5.870.118,79	4.257.755,97	1.612.362,82	68.468.547,75
2062	5.992.883,03	4.317.364,55	1.675.518,48	70.144.066,23
2063	6.149.626,77	4.513.379,69	1.636.247,08	71.780.313,31
2064	6.274.975,35	4.576.567,00	1.698.408,35	73.478.721,66
2065	5.383.493,47	4.706.494,75	676.998,72	74.155.720,38
2066	5.437.760,18	4.772.385,68	665.374,50	74.821.094,88
2067	5.491.520,49	4.906.911,76	584.608,73	75.405.703,61
2068	5.540.628,58	5.044.269,19	496.359,39	75.902.063,00

2069	5.584.638,15	5.114.888,96	469.749,19	76.371.812,19
2070	5.627.250,30	5.186.497,41	440.752,89	76.812.565,08
2071	5.668.324,66	5.259.108,37	409.216,29	77.221.781,37
2072	5.707.711,63	5.332.735,89	374.975,74	77.596.757,11
2073	5.745.251,84	5.407.394,19	337.857,65	77.934.614,76
2074	5.780.775,55	5.483.097,71	297.677,84	78.232.292,60
2075	5.814.102,00	5.559.861,08	254.240,92	78.486.533,52
2076	5.845.038,76	5.714.437,33	130.601,43	78.617.134,95
2077	5.868.776,70	5.794.439,46	74.337,24	78.691.472,19
2078	5.889.361,41	5.875.561,61	13.799,80	78.705.271,99
2079	5.906.539,62	6.037.826,01	- 131.286,39	78.573.985,60
2080	5.915.241,57	6.122.355,58	- 207.114,01	78.366.871,59
2081	5.919.625,96	6.290.330,96	- 370.705,00	77.996.166,59
2082	5.914.430,25	6.378.395,59	- 463.965,34	77.532.201,25
2083	5.903.877,57	6.552.275,00	- 648.397,43	76.883.803,82
2084	5.882.500,96	6.644.006,85	- 761.505,89	76.122.297,93
2085	5.854.583,23	6.823.989,70	- 969.406,47	75.152.891,46
2086	5.814.440,28	6.919.525,55	- 1.105.085,27	74.047.806,19
2087	5.766.408,89	7.016.398,91	- 1.249.990,02	72.797.816,17
2088	5.345.949,98	7.023.957,77	- 1.678.007,79	71.119.808,38
2089	5.272.448,53	7.122.293,18	- 1.849.844,65	69.269.963,73

Fonte: Nota Técnica Atuarial elaborada por CSM Consultoria Atuarial Data: Março de 2016

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
IPTU/Taxa de lixo			2.500,00	2.618,50	2.738,43	
ISS			500,00	523,70	547,69	Vide Obsevação
				-	-	abaixo
				-	-	
				-	-	
				-	-	
TOTAL			3.000,00	3.142,20	3.286,11	-

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2017 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2018 e 2019, foram claculados a partir dos valores de 2017, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2018: 4,74%

Inflação para 2019: 4,58%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2017
Aumento Permanente da Receita	(115.478,76)
Decorrente de Receitas Tributárias	43.295,07
Decorrente de Transferências Correntes	(158.773,83)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(22.091,50)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(137.570,26)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(137.570,26)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	538.042,58
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	196.927,51
Relativas a Outras Despesas Correntes	341.115,06
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2017 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2016-2017.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2017, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2016-2017 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão, que no nosso caso é nula.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2017
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2017, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de : CORONEL PILAR/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2017

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	10.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	70.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	60.000,00		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	70.000,00	SUBTOTAL	70.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	200.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	200.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	20.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	20.000,00
SUBTOTAL	220.000,00	SUBTOTAL	220.000,00
TOTAL	290.000,00	TOTAL	290.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

MUNICÍPIO DE: CORONEL PILAR/RS.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017

ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2017		
			ATÉ EXERC ANTERIOR - 2015	NO EXERCÍCIO DE 2016	A EXECUTAR EM 2017	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
Pavimentação Ruas Hermínio Corbelini e Irmã Anselma	2016	245.308,66		100%				-
Projeto 1708 - Abertura, prolongamento, Pavimentação e Reforma de Via Urbanas e Rurais	2017	533.498,00			100%			533.498,00
1404 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma da Escola Núcleo - Bento Gonçalves	2017	75.000,00			100%			75.000,00
1406 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma da Escola de Ensino Infantil-pré-escola.	2017	50.000,00			100%			50.000,00
1206 - Implantação de Sistema de Videomonitoramento	2017	35.000,00			100%			35.000,00
1501 - Renovação da Frota Municipal/Saúde - ASPS	2017	100.000,00			100%			100.000,00
1504 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma do Posto de Saúde - ASPS	2017	50.000,00			100%			50.000,00
2706 - Manutenção, Recuperação e Adequação da Rede de Telefonia	2017	10.000,00			100%			10.000,00
2725 - Manutenção dos Serviços de Internet no Município	2017	10.000,00			100%			10.000,00
1707 - Implantação e Melhoria de Praças, Parques e Jardins Públicos	2017	10.000,00			100%		10.000,00	
Conservação e Manutenção de Prédios Públicos	2017	10.000,00			100%			10.000,00
Total dos Recursos a Priorizar						-	10.000,00	873.498,00